

CARGO:

**INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL - IPC
ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL - EPC**

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas.
4. Sua prova tem **50** questões, com **5** alternativas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
5. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica azul (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo para a realização da Prova Objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno de provas somente após o encerramento do tempo previsto para a realização da Prova Objetiva.
10. O candidato poderá retirar-se da sala somente **1 (uma) hora** após o início da realização da Prova objetiva.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.
13. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde está ocorrendo o concurso, o candidato deverá, manter o celular desligar e sem bateria, só sendo permitido ligar depois de ultrapassar o portão de saída do prédio.
14. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências.

BOA PROVA!

PROVA OBJETIVA – INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL - IPC / ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL - EPC

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às próximas 7 (sete) questões.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA (SIC) COMARCA DE PATU
R. Capitão José Severino, nº 248, Centro, Patu/RN**

RECOMENDAÇÃO Nº 13/2010

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PATU, através da Promotora de Justiça signatária, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e com base nos arts. 25, inciso III, da Lei nº 8.625/93, e 50, incisos, I, II, III, VIII, IX e XIII, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público, de acordo com os arts. 129, inciso VII, da Constituição Federal de 1988; 84, inciso VI, da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte de 1989; e 49, inciso XVI, da Lei Complementar Estadual nº 141/96, “exercer o controle externo da atividade policial”;

CONSIDERANDO que são atribuições do membro do Ministério Público, em matéria penal, nos termos do art. 50, incisos I, II, III, IX e XIII, da Lei Complementar Estadual nº 141, de 09 de fevereiro de 1996, respectivamente:

a) “exercer as atribuições conferidas ao Ministério Público pela legislação penal, processual penal e de execuções penais”; b) “requeritar a instauração de inquérito policial, civil ou militar, quando necessário à propositura da ação penal pública”; c) “examinar os inquéritos policiais, oferecendo denúncia, requerendo as diligências imprescindíveis para oferecê-la ou promovendo o seu arquivamento”; d) “inspecionar as delegacias, casas de albergados, cadeias públicas, casas de detenção, estabelecimento de recolhimento de prisões especiais, manicômios judiciários e as penitenciárias, tendo livre acesso, em qualquer horário, às suas dependências, adotando as medidas necessárias à preservação dos direitos e garantias individuais da higiene e da decência dos presos, bem como verificando a estrutura material desses estabelecimentos para recomendar o seu perfeito funcionamento”; f) “oficiar nos processos em execução penal, requerendo as medidas necessárias”; CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo cumprimento da Constituição Federal, do Código de Processo Penal e de outras leis extravagantes, principalmente no que se refere à inviolabilidade do direito à liberdade;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor execução dos inquéritos policiais, da lavratura de termos circunstanciados de ocorrência bem como do acompanhamento de sua confecção por parte da autoridade policial;

CONSIDERANDO a deficiência, notadamente de pessoal, para atender às demandas da Delegacia Regional de Polícia Civil de Patu;

CONSIDERANDO ainda a constatada deficiência na elaboração dos autos de prisão em flagrante delito, dos inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência, especialmente no tocante à materialidade do crime, impedindo a formação da opinião delicti do órgão ministerial;

CONSIDERANDO que muitos dos procedimentos investigatórios instaurados em decorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher não atendem os preceitos normativos estatuídos na Lei nº 11.340/2006, principalmente quanto à redução a termo da representação da vítima, encaminhamento desta para exame de corpo de delito e pedido de medida protetiva;

CONSIDERANDO as condições desfavoráveis da Delegacia Regional de Polícia Civil de Patu bem como as informações frequentes de deficiências operacionais, inclusive quanto ao atendimento das vítimas de crimes, ainda que de menor potencial ofensivo;

CONSIDERANDO que os procedimentos investigatórios policiais não têm sido concluídos no prazo legal e, apesar da delonga, geralmente não são ultimadas as diligências necessárias para o oferecimento da denúncia nos moldes do art. 41 do Código de Processo Penal, mormente se considerada a alteração deste diploma legal que culminou na unicidade da audiência de instrução;

CONSIDERANDO, outrossim, que o Estatuto da Criança e do Adolescente define regras específicas para a apreensão de adolescente infrator;

CONSIDERANDO que a Lei de Execução Penal determina a forma de execução da pena privativa de liberdade, seja no regime fechado, semi-aberto ou aberto;

CONSIDERANDO, por fim, que a presente recomendação objetiva propiciar uma integração das funções deste órgão ministerial e da polícia judiciária voltada para a persecução penal, sempre respeitando os direitos fundamentais;

RESOLVE RECOMENDAR, ao Delegado Regional de Polícia Civil de Patu, a adoção das seguintes providências legais:

A) Na instrução dos inquéritos policiais referentes a crimes contra o patrimônio, a juntada, aos autos, do laudo de avaliação do objeto material da conduta, não se limitando à avaliação realizada pela própria vítima; bem como, se possível, da nota ou cupom fiscal correlato;

- B) Quanto aos inquéritos policiais relativos a crimes de dano, a juntada, aos autos, de laudo de avaliação do prejuízo causado;
- C) Na instrução dos inquéritos policiais sobre crimes de lesão corporal grave e lesão corporal gravíssima, a juntada, aos autos, do laudo de exame complementar realizado na vítima, 30(trinta) dias após a ofensa; e, em caso de restar prejudicada sua elaboração, determinar, no citado prazo, a oitiva de testemunhas e vítima a respeito de estado atual de saúde e capacidade para exercer atividades cotidianas desta última;
- D) Na instrução dos inquéritos policiais em geral, identificação e oitiva de testemunhas (inclusive com extração de cópia do(s) documentos(s) de identificação civil de RG e CPF) que tenham conhecimento do fato, inclusive aquelas referidas, não se limitando à tomada de depoimento dos policiais e da vítima, como, costumeiramente, ocorre;
- E) Na instrução dos inquéritos policiais com várias vítimas, a oitiva de todas elas;
- F) Quando da autuação em flagrante delito ou lavratura de termo circunstanciado de ocorrência, a juntada de cópia do documento de identificação civil e comprovante de residência do suposto autor do fato delituoso;
- G) Tratando-se de crimes que admitam arbitramento de fiança pela autoridade policial, a juntada, aos autos, se for o caso, do comprovante de depósito do valor pago pelo flagranteado, não se limitando a juntar o termo de arbitramento de fiança;
- H) Nas investigações relativas a tráfico de drogas, originadas de denúncia anônima, a oitiva de usuários de drogas, além da realização de diligências no sentido de localizar testemunhas que residam próximo ao lugar indicado, pela notícia criminis, como sendo o “ponto” de venda de drogas, com a conseguinte inquirição daqueles tenham conhecimento sobre o fato delituoso; em qualquer caso, a realização de laudo de constatação da natureza da substância apreendida.
- I) Nos inquéritos policiais referentes a crimes de furto qualificado pela destruição com rompimento de obstáculo à subtração da coisa ou mediante escalada, a realização de laudo de constatação, a requisição de exame pericial bem como a oitiva das vítimas e testemunhas indagando-as sobre essa qualificadora;
- J) Nos procedimentos investigatórios acerca de crime de homicídio em sua forma tentada, ponderando-se que somente se configura quando a consumação não ocorre por motivo alheio à vontade do agente (art. 14, II, do CP), a realização de diligências tendentes a aferir se o suspeito ainda podia agir contra a vida da vítima durante o curso da ação criminosa ou se a interrompeu por circunstância alheia à sua intenção; sendo positiva esta última, a apuração do fator externo que provocou a interrupção do iter criminis;
- L) Nas investigações referentes a homicídios tentados mediante disparo de arma de fogo, a realização de diligência a fim de constatar se o suspeito disparou todos os projéteis nela constantes ou se assim não o fez por outra razão, a qual deve ser indicada, explicitando, outrossim, nesta última hipótese, se o indiciado, após o disparo de arma de fogo, se retirou do local do crime livremente ou empreendeu fuga em face do surgimento de outras pessoas ou da atividade policial;
- M) Nos inquéritos policiais que tenham por objeto a apuração de crimes de porte ou posse ilegal de arma, a consignação do local exato em que foi encontrada a arma, o interrogatório quanto à autorização legal para possuir/portar arma de fogo, forma e local de aquisição, identificação do antigo possuidor; o encaminhamento da arma de fogo apreendida para o ITEP realizar exame pericial sobre a potencialidade lesiva correlata; a expedição de ofício à DAME-Divisão de Armas, Munições e Explosivos - a fim de solicitar informação sobre o registro da arma bem como acerca da autorização legal para a posse/porte do investigado; caso exista somente prova testemunhal do crime, a representação de busca e apreensão judicial a ser cumprida na residência ou estabelecimento do indiciado;
- N) Em procedimentos investigatórios referentes a crimes de disparo de arma de fogo, caso existam marcas em parede ou em outro local, a requisição de perícia junto ao ITEP; e encaminhamento do suspeito para realização do exame de residuograma de pólvora;
- O) Nos inquéritos policiais relativos a crimes contra a pessoa praticados com o uso de arma de fogo, a apreensão do instrumento do delito e conseguinte encaminhamento ao ITEP para realização de confronto balístico entre a arma apreendida e os projéteis ou cápsulas deflagradas e recuperadas bem assim para perícia na arma que indique a existência de mancha de substância hematóide e/ou de impressões digitais; se a arma não tiver sido apreendida, de forma urgente, a representação de busca e apreensão na residência do indiciado ou no estabelecimento ou residência de familiar ou amigo com quem o mesmo tenha vínculo afetivo, conforme esclarecimentos tomados durante a instrução da investigação;
- P) Nos procedimentos investigatórios instaurados em decorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, o atendimento dos preceitos normativos estatuídos na Lei nº 11.340/2006, precipuamente quanto à redução a termo da representação da vítima, nas hipóteses de crimes que se processam mediante ação pública condicionada (notadamente ameaça e lesão corporal leve); encaminhamento desta para exame de corpo de delito; bem como realização de pedido de medida protetiva, sendo do interesse da vítima; senão, consignação, nos autos da investigação, dos esclarecimentos correspondentes a ela prestados;
- Q) Nos inquéritos policiais relativos a crimes contra a dignidade sexual (Lei nº 12.015/2009), redução a termo da representação da vítima; exceto se vítima for menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável(art. 225, parágrafo único do Código Penal, incluído pela Lei nº 12.015/2009);
- R) Nas investigações referentes a crimes de qualquer natureza, identificação do local exato onde o crime foi realizado a fim de evitar, inclusive, dúvida sobre a atribuição do Promotor de Justiça, o dia, horário, as circunstâncias do crime bem como a qualificação completa do indiciado e da vítima; além da juntada de cópia do

documento de identificação civil do investigado, especialmente para que não haja equívoco na expedição de certidão de antecedentes criminais;

S) Nas investigações que ensejem representação pela prisão preventiva, prisão temporária ou busca e apreensão, o apensamento do pleito correspondente aos autos do inquérito policial correlato.

Patu/RN 28 de setembro de 2010.

Micaele Fortes Caddah
Promotora de Justiça

(Disponível em: www.cnpq.org.br/c/document_library/get_file?p_l_id Acesso: 19 de agosto de 2012)

01. O texto especifica e justifica as recomendações dadas ao Delegado de Patu/RN pela Promotoria. Assinale a alternativa que apresenta uma justificativa correta, segundo o texto, para as recomendações dadas.

- a) Um dos motivos é justamente desintegrar as funções do Ministério Público e da polícia judiciária voltada para a persecução penal.
- b) A delegacia não tem respeitado os direitos do ECA.
- c) As informações dadas pela Delegacia não apresentam deficiências operacionais, inclusive quanto ao atendimento das vítimas de crimes, ainda que de menor potencial ofensivo.
- d) As condições desfavoráveis do prédio da Delegacia Regional de Polícia Civil de Patu, que não possui infraestrutura básica para realizar as diligências necessárias.
- e) As autoridades responsáveis locais não têm elaborado com rigor eficientemente os inquéritos policiais.

02. Releia: “(...) requisitar a instauração de inquérito policial (...)” Analise as proposições a respeito do verbo destacado. Na oração dada:

I – o verbo é classificado como bitransitivo, pois possui objeto direto e indireto.

II – o verbo é classificado como transitivo direto, pois possui apenas objeto direto.

III – o verbo é classificado como transitivo indireto, pois possui apenas objeto indireto.

IV – os termos “de inquérito policial” exercem a função sintática de objeto indireto do verbo.

V – os termos “de inquérito policial” exercem a função sintática de complemento nominal relativo à “instauração”.

VI – os termos “de inquérito policial” exercem a função sintática de adjunto adnominal relativo à “instauração”.

Estão corretas apenas as proposições em:

- a) III e IV.
- b) III e VI.
- c) II e V.
- d) I e V.
- e) II e VI.

03. Analise as informações a seguir:

I – As recomendações dadas pela Promotoria referem-se a investigações, inquéritos, procedimentos e realizações de diligências a serem realizados pelas autoridades policiais a fim de que o órgão ministerial possa formar a *opinio delicti*.

II – As orientações podem ser resumidas, basicamente, a: juntada aos autos de laudos de audição e exame.

III – As orientações podem ser resumidas, basicamente, a oitiva de vítimas.

IV – As recomendações dadas pela Promotoria referem-se a investigações, inquéritos, procedimentos e realizações de diligências a serem realizados pelas autoridades policiais a fim de aumentar o número de prisões na cidade.

V – As orientações podem ser resumidas, basicamente, a: juntada aos autos de diferentes laudos; oitivas; interrogatórios; exames de corpo de delito; fornecimento de dados precisos referentes ao crime; juntada, aos autos de cópia de diversos documentos; requisição de diversos tipos de perícia; realização de diligências.

De acordo com o texto, estão corretas apenas as proposições em:

- a) I e V.
- b) I e IV.
- c) I, II e III.
- d) IV e V.
- e) I, II, III e IV.

04. As recomendações dadas no texto pelo Ministério Público encaixam-se, principalmente, na(s) seguinte(s) função(ões) deste Órgão:

- a) “inspecionar as delegacias, casas de albergados, cadeias públicas, casas de detenção, estabelecimento de recolhimento de prisões especiais, manicômios judiciários e as penitenciárias, tendo livre acesso, em qualquer horário, às suas dependências, adotando as medidas necessárias à preservação dos direitos e garantias individuais da higiene e da decência dos presos, bem como verificando a estrutura material desses estabelecimentos para recomendar o seu perfeito funcionamento”; “examinar os inquéritos policiais, oferecendo denúncia, requerendo as diligências imprescindíveis para oferecê-la ou promovendo o seu arquivamento”.
- b) “requeritar a instauração de inquérito policial, civil ou militar, quando necessário à propositura da ação penal pública”.
- c) “oficiar nos processos em execução penal, requerendo as medidas necessárias”; “inspecionar as delegacias, casas de albergados, cadeias públicas, casas de detenção, estabelecimento de recolhimento de prisões especiais, manicômios judiciários e as penitenciárias, tendo livre acesso, em qualquer horário, às suas dependências, adotando as medidas necessárias à preservação dos direitos e garantias individuais da higiene e da decência dos presos, bem como verificando a estrutura material desses estabelecimentos para recomendar o seu perfeito funcionamento”.
- d) “oficiar nos processos em execução penal, requerendo as medidas necessárias”.
- e) “oficiar nos processos em execução penal, requerendo as medidas necessárias”; “exercer as atribuições conferidas ao Ministério Público pela legislação penal, processual penal e de execuções penais”.

05. Releia: “RESOLVE RECOMENDAR, ao Delegado Regional de Polícia Civil de Patu, a adoção das seguintes providências legais”. A vírgula foi utilizada, no trecho, para

- a) isolar o aposto.
 b) separar o vocativo.
 c) indicar expressão explicativa.
 d) marcar uma intercalação na ordem.
 e) marcar uma inversão do adjunto adverbial.

06. Suponha que a frase do texto estivesse escrita da seguinte forma: “Nas investigações que ensejem representação pela prisão preventiva, prisão temporária ou busca e apreensão, deve haver o apensamento do pleito”.

Nesse caso, considerando a frase em destaque, analise as proposições feitas a respeito dela:

I – A oração destacada é classificada sintaticamente como: oração subordinada adverbial.

II – A oração destacada é classificada sintaticamente como: oração subordinada adjetiva.

III – A oração destacada é classificada sintaticamente como: oração subordinada substantiva apositiva.

IV – O termo “ou” é classificado morfologicamente como conjunção alternativa e indica, na oração dada, alternância.

V – O termo “ou” é classificado morfologicamente como preposição e indica, na oração dada, alternância.

VI – Se “apensamento do pleito” estivesse no plural, a concordância, segundo a norma padrão, seria: “devem haver os apensamentos dos pleitos”.

VII – Se “apensamento do pleito” estivesse no plural, a concordância, segundo a norma padrão, seria: “deve haver os apensamentos dos pleitos”.

Estão corretas apenas as proposições feitas em:

- a) I, VI e VII.
 b) II, IV e VII.
 c) I, V e VI.
 d) II, V e VII.
 e) III, V e VI.

07. Segundo o novo acordo ortográfico, o acento em “hematóide”

- a) será mantido, pois se acentuam as palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica, as vogais abertas.
 b) será excluído, pois não mais se acentuam as palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tônica, as vogais abertas.
 c) será facultativo, pois há oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na articulação da abertura da vogal.
 d) será excluído, pois não se acentuam graficamente os ditongos representados por *ei* e *oi* da sílaba tônica das palavras oxítonas.
 e) será facultativo, pois a pronúncia entre o português europeu e o brasileiro oscila.

08. Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal.

- a) Foi o que entregaram Paulo e eu.
 b) Foi o que entregamos Paulo e eu.
 c) “Vós e eles irão pelo mesmo caminho”.
 d) “Vós e eles vão pelo mesmo caminho”.
 e) “Vós e ele ides pelo mesmo caminho”.

09. Analise as informações a seguir sobre a redação oficial julgando se são verdadeiras ou falsas. Depois, assinale a alternativa correta.

() O parágrafo a seguir constitui um exemplo de introdução de um ofício recomendado pelos manuais de redação oficial: “Encaminhado, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do telegrama nº 12, de 1º de fevereiro de 1991, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste.”

() Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de hierarquia distinta, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades de mesma hierarquia. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.

() A frase dada a seguir constitui exemplo de concisão e formalidade, conforme sugerido pelos manuais de redação oficial: “O quadro normativo prefigura a superação de cada obstáculo e/ou resistência passiva sem prejudicar o atual nível das contribuições, não assumindo nunca como implícito, no contexto de um sistema integrado, um indispensável salto de qualidade”.

() A frase seguinte não obedece à formalidade e à padronização exigidas na redação oficial: “Ilustríssimo Senhor, Venho, gentil e humildemente, solicitar à Vossa Senhoria que me envie, por favor, os inquéritos referentes ao processo penal nº189. Preciso urgentemente desse documento. Desde já agradeço.”

() A respeito da diferença entre língua falada e língua escrita, os manuais explicitam que: “A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça. Por exemplo, em uma carta a um amigo, podemos nos valer de determinado padrão de linguagem que incorpore expressões extremamente pessoais ou coloquiais; em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente. Nos dois casos, há um padrão de linguagem que atende ao uso que se faz da língua, a finalidade com que a empregamos”.

() As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, obedecem a certas regras de forma: além das exigências de pessoalidade e uso do padrão culto de linguagem, é imperativo, ainda, certa formalidade de tratamento, que diz respeito à polidez, à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.

a) (F), (V), (V), (F), (F), (V)

b) (V), (F), (F), (V), (V), (F)

c) (V), (V), (F), (V), (V), (F)

d) (V), (F), (V), (V), (V), (F)

e) (V), (F), (F), (F), (V), (F)

10. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas da frase: “Em virtude dos inquéritos policiais _____ que me referi, nota-se que é preciso por fim _____ inação que temos presenciado na ação penal pública. Desta forma, comunico _____ V. S.^a que envio _____ petição _____ 17^a Delegacia”.

a) a, a, a, a, à.

b) a, à, a, a, a.

c) a, à, a, a, à.

d) a, à, à, a, à.

e) à, à, a, a, à.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Sobre a internet é correto afirmar que:

a) Trata-se de uma única rede que conecta milhões de computadores.

b) Para se conectar a internet basta ter um modem instalado no computador.

c) Contém computadores servidores que utilizam browsers para visualizar as páginas dos sites.

d) Nela a comunicação é feita pelo protocolo HTTP.

e) Chat, www e ftp são serviços fornecido pela internet.

12. O que significa cada uma das partes da URL: <http://www.concursopublico.gov.br>

a) **http** – protocolo que permite a comunicação entre os servidores web e os navegadores. **www** – a grande rede mundial que representa o padrão da parte gráfica que nos permite visualizar as imagens, textos formatados e ouvir sons. **concursopublico** – empresa ou organização responsável pelo site ou que o site representa. **gov** – tipo de organização. **br** – indica o país da organização que o site representa.

b) **http** – protocolo que permite a comunicação entre os servidores web e os navegadores. **www** – a grande rede mundial que representa o padrão da parte gráfica que nos permite visualizar as imagens, textos formatados e ouvir sons. **concursopublico** – empresa ou organização responsável pelo site ou que o site representa. **gov** – tipo de organização. **br** – indica o país onde a página está hospedada.

c) **http** – protocolo que permite o transporte de informações e documentos dos servidores web para os navegadores. **www** – a grande rede mundial que representa o padrão da parte gráfica que nos permite visualizar

as imagens, textos formatados e ouvir sons. **concursopublico** – empresa ou organização responsável pelo site ou que o site representa. **gov** – tipo de organização. **br** – indica o país onde a página está hospedada.

d) **http** – protocolo que permite o transporte de informações e documentos dos servidores web para os navegadores. **www** – sistema que tem a função de descarregar as informações de servidores web e mostrá-las na tela do usuário. **concursopublico** – empresa ou organização responsável pelo site ou que o site representa. **gov** – tipo de organização. **br** – indica o país da organização que o site representa.

e) **http** – protocolo que permite o transporte de informações e documentos dos servidores web para os navegadores. **www** – sistema que tem a função de descarregar as informações de servidores web e mostrá-las na tela do usuário. **concursopublico** – empresa ou organização responsável pelo site ou que o site representa. **gov** – tipo de organização. **br** – indica o país onde a página está hospedada.

13. Com relação à intranet, não é correto afirmar:

a) A utilização de intranet possibilita a diminuição da quantidade de hardware, uma vez que há possibilidade de compartilhar recursos.

b) Na intranet, os programas de FTP como WS-FTP e Getright são muito utilizados, porém permitem transferência de arquivos com menor velocidade do que o protocolo http.

c) Programas de e-mail, reuniões virtuais, contato remoto com a rede e listas de discussão são alguns dos recursos disponíveis na intranet.

d) A intranet é uma rede de computadores que se utiliza das mesmas tecnologias da internet, porém é caracterizada por ser uma rede privada.

e) Uma vantagem da intranet é poder compartilhar, de maneira mais eficiente, os dados entre diversos computadores de uma mesma empresa ou até na casa do usuário.

14. Referente a um sistema de correio eletrônico, é correto afirmar:

a) O cabeçalho de uma mensagem de correio eletrônico é composto pelo endereço do remetente e do destinatário.

b) O correio eletrônico é um serviço da rede que permite a comunicação escrita on line entre pessoas através de computadores.

c) A pasta de mensagens é o local onde são arquivadas as cópias das mensagens recebidas pelo programa agente de correio eletrônico.

d) Um sistema de correio eletrônico exige um sistema de mensagens e um programa de correios que fornece a interface com o usuário.

e) A criptografia é uma técnica utilizada para facilitar a leitura de uma mensagem por outra pessoa que não seja o destinatário ou o remetente.

15. Analise as seguintes afirmações sobre a planilha Excel e marque a alternativa correta:

I – A função MOD do Excel retorna a parte inteira da divisão.

II – Um documento do Excel é uma pasta de trabalho que contém uma planilha.

III – Para copiar uma fórmula de uma célula do Excel ao longo de várias linhas e colunas sem alterá-la, é necessário copiar essa fórmula com referência relativa.

a) Somente a afirmação I é verdadeira.

b) Somente as afirmações I e II são verdadeiras.

c) As afirmações I e III são falsas.

d) Todas as afirmações são falsas.

e) Todas as afirmações são verdadeiras.

16. Com relação ao editor de texto Word, é falso afirmar:

a) Mala direta, tabelas e índice remissivo são recursos disponíveis no Word.

b) Letra capitular e caixas de texto pré-formatadas são recursos disponíveis no word.

c) Não é possível inserir fórmulas matemáticas no Word.

d) É possível visualizar um arquivo do Word como uma página web.

e) Hifenização, legendas e citações podem ser inseridas no Word.

17. Marque V (verdadeiro) ou F (falso) para as sentenças referentes à atividade de backup e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

() A redução no desempenho do servidor e a não atualização dos documentos em uso são desvantagens do backup on line.

() O backup total sintético consiste na cópia de todos os dados que foram alterados desde o último backup total, resultando em vários arquivos de segurança dos dados.

() Em um serviço de backup, algumas questões devem ser consideradas, tais como: quais dados devem ser protegidos; se os dados são estruturados, semi-estruturados ou não-estruturados; os tipos de mídias que serão utilizados; quando e como podem ser feitos os backups.

() O processo de backup utiliza a cópia de segurança para restaurar um sistema ao seu estado anterior.

() A importância do backup independe da importância dos dados e, o tipo de backup a ser aplicado depende das características dos sistemas.

() As cópias auxiliares são geradas mais rapidamente que os backups reais, porém não podem ser replicadas em vários locais diferentes.

- a) V, V, V, F, F, F
- b) V, V, V, F, F, V
- c) V, F, V, F, F, F
- d) F, V, F, F, V, V
- e) F, F, F, F, F, F

18. Assinale a alternativa que completa corretamente a seguinte frase:

Na organização direta de arquivos, _____.

- a) as informações são acrescentadas e acessadas aleatoriamente mediante a sua posição, ou seja, indicando o lugar relativo que ocupam dentro do conjunto de posições possíveis.
- b) as informações são acrescentadas e acessadas consecutivamente mediante a sua posição, ou seja, indicando o lugar relativo que ocupam dentro do conjunto de posições possíveis.
- c) os registros ocupam posições consecutivas de memória e o computador só pode acessar um registro de cada vez, a partir do primeiro.
- d) os registros ocupam posições aleatórias de memória e o computador pode acessar mais do que um registro de cada vez, a partir do primeiro.
- e) o sistema acessa de maneira direta um segmento da área reservada para os registros de dados a partir de um arquivo sequencial criado pelo sistema, o qual contém informações sobre o arquivo acessado.

19. Considerando o conceito de arquivo, é incorreto afirmar:

- a) Os arquivos são armazenados em memórias secundárias ou auxiliares.
- b) A vida de um arquivo não está limitada pela vida do programa que o criou.
- c) Concatenação, intersecção e intercalação não são operações aplicáveis em arquivos.
- d) A cópia consiste em criar um arquivo novo como duplicação de outro já existente.
- e) Os arquivos permanentes contêm informação que pouco varia no decorrer do tempo.

20. Analise as seguintes sentenças e marque a alternativa correta:

I – O gateway restringe e controla o fluxo de tráfego de dados entre redes, mais comumente entre uma rede empresarial interna e a internet.

II – Nenhum servidor interno é acessado diretamente de uma rede externa, mas todo servidor externo é cessado diretamente a partir da rede interna.

III – Worms são programas que aproveitam falhas do sistema para se propagar e se replicar, contaminando os arquivos do sistema.

IV – Hacker é o indivíduo com conhecimentos elevados de computação e segurança, que os utiliza para fins criminosos, destruição de dados ou interrupção de sistema.

- a) Somente as sentenças II e III são verdadeiras.
- b) Somente as sentenças II e IV são verdadeiras.
- c) Somente a sentença IV é verdadeira.
- d) Todas as sentenças são verdadeiras.
- e) Todas são falsas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Federal, no § 4º do art. 37, dispõe que: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”. Assim, em relação à Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que regulamentou a referida norma constitucional sobre improbidade administrativa, podemos afirmar que

- a) as ações e omissões que atentam contra os princípios da Administração Pública, sem causar prejuízo ao erário e não importando em enriquecimento ilícito, não constituem atos de improbidade administrativa.
- b) em nenhuma hipótese poderá o particular ser sujeito ativo do ato de improbidade administrativa.
- c) a apresentação da declaração dos bens e valores que integram o patrimônio privado de agente público, bem como sua atualização, não poderá ser suprida por cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza.
- d) na fixação das penas previstas na referida lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.
- e) apenas o Ministério Público poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

22. Em relação aos poderes administrativos, julgue as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

I – O silêncio administrativo pode ser considerado espécie do gênero abuso de poder que consiste numa omissão indevida da Administração.

II – Poderá haver discricionariedade quanto à finalidade, à forma e à competência para a prática do ato.

III – A apreciação da conveniência e oportunidade deverá ser realizada de acordo com o interesse público.

IV – O poder disciplinar permite o sancionamento da conduta de particulares, sendo o direito de punir do Estado.

V – O exercício do poder de polícia pode se dar pela edição de atos normativos de alcance geral ou pela prática de atos de efeitos concretos.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- b) Apenas as afirmativas III e V estão incorretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- d) Apenas as afirmativas IV e V estão incorretas.
- e) Apenas as afirmativas II e IV estão incorretas.

23. Em se tratando dos agentes públicos e, em especial, dos direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis, espécie do gênero agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Os servidores temporários são contratados apenas para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
- b) A vitaliciedade é inerente a todos os agentes políticos.
- c) Os empregados públicos são remunerados por meio de salário e sujeitos a regime estatutário peculiar, ficando sujeitos ao estágio probatório e podendo adquirir estabilidade.
- d) Todos os agentes públicos detêm a garantia da irredutibilidade de vencimentos, além do direito à sindicalização e à greve, assegurados pela norma constitucional.
- e) Excepcionalmente, a pessoa jurídica que exerce função pública poderá ser considerada agente público.

24. Considerando-se os dispositivos constitucionais acerca da nacionalidade, analise as proposições abaixo:

I – São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

II – São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto.

III – São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente da República, Presidente do Senado Federal e de Ministro das Relações Exteriores.

IV – Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

É correto o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV.
- b) Somente I e III.
- c) Somente II e IV.
- d) Somente III.
- e) Somente IV.

25. Tendo em vista as disposições constitucionais acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- c) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário prévia indenização em dinheiro.
- d) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- e) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

26. De acordo com o Art. 51 da Constituição da República Federativa do Brasil/88, compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- a) Aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

- b) Apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- c) Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- d) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- e) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.

27. O Código Civil estabelece os casos de responsabilidade civil do agente por ato próprio, por ato de outrem que esteja sob a responsabilidade do agente, ou por danos causados por coisas ou animais que estejam sob a guarda deste. Analise as alternativas abaixo referentes a responsabilidade civil e aponte a correta.

- a) A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente constituem atos lícitos, por isso não haverá obrigação de indenizar, mesmo que a pessoa lesada ou dono da coisa não sejam culpados do perigo.
- b) Em caso de lesão à saúde, o Código Civil estabelece que o ofensor deverá indenizar o ofendido pelas despesas de tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, e ainda, por algum outro prejuízo que este prove ter sofrido.
- c) A responsabilidade civil é independente da criminal, portanto, mesmo em caso de sentença penal absolutória que reconheça não ter sido o réu o autor do crime, este ainda poderá ser obrigado a ressarcir o dano no juízo cível.
- d) Para fins de responsabilidade civil, em regra, o Código Civil Brasileiro adota a teoria do risco.
- e) Na responsabilidade contratual ou aquiliana, o inadimplemento presume-se culposos.

28. Analise as assertivas abaixo relacionadas às pessoas naturais, às pessoas jurídicas e à personalidade e, em seguida, aponte a alternativa coerente.

- a) A menoridade cessa aos dezoito anos completos. Todavia, poderá cessar a incapacidade para os menores com catorze anos completos quando emancipados por seus pais, mediante instrumento público, independente de homologação judicial.
- b) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, e os que, por causa transitória, não podem exprimir sua vontade, são considerados relativamente incapazes a certos atos ou a maneira de exercê-los.
- c) Pode ser requerida a declaração da morte presumida, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, depois de esgotadas todas as buscas e averiguações.
- d) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- e) Nas associações, os associados devem ter iguais direitos, não podendo o estatuto instituir categorias com vantagens especiais.

29. O direito civil brasileiro regulamentou o domicílio e os bens. Analise as alternativas relacionadas e assinale a incorreta.

- a) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião e, independente de sua qualificação, sempre poderão ser alienados, desde que observadas as exigências legais.
- b) O elemento objetivo do conceito de domicílio da pessoa natural é a residência, e o elemento subjetivo é o ânimo definitivo.
- c) No que se refere às relações concernentes a sua profissão, é considerado também domicílio da pessoa natural o lugar onde aquela é exercida.
- d) A pessoa jurídica que possui diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- e) A pessoa natural que viva em diversas residências, alternadamente, com ânimo definitivo, terá seu domicílio em qualquer delas.

30. É cediço que a Suspensão Condicional da Pena, também chamada sursis, nada mais é que a suspensão de uma parte da execução de algumas penas privativas de liberdade, durante certo período de tempo e também de acordo com algumas condições impostas pela justiça brasileira. Acerca deste assunto, assinale a alternativa correta:

- a) A Suspensão Condicional da Pena, apenas encontra permissão nos casos de penas Privativas de Liberdade e nas Restritivas de Liberdade, sendo vedada exclusivamente nos casos de pena de multa.
- b) O juiz sempre estará obrigado a revogar o benefício da Suspensão Condicional da Pena nos casos de superveniência de condenação irrecorrível à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, pela prática de contravenção penal ou crime culposos, descumprimento das condições legais do sursis especial e descumprimento de qualquer outra condição não elencada em lei, mas imposta pelo juiz.
- c) O período de prova é o “lapso temporal” no qual o condenado deverá cumprir com as obrigações impostas para garantir sua liberdade. No sursis simples e no especial, o período de prova pode variar de 4 a 6 anos, enquanto que no sursis etário e humanitário, varia de 2 a 4 anos. O início do prazo começa a correr a partir da

audiência de advertência, conhecida como audiência admonitória, em que se dá conhecimento da sentença ao beneficiário.

d) Se o condenado vier a cometer nova infração, antes ou durante o período de prova, e vier a ser processado no gozo do sursis, prorroga-se o prazo da suspensão até que transite em julgado a sentença em relação ao segundo crime.

e) Nos casos de extinção da pena, uma vez que se tenha expirado o prazo de suspensão ou de prorrogação da Suspensão Condicional da Pena, sem que tenha havido qualquer motivo para sua revogação, a referida extinção se dará imediatamente na data em que o juiz profere a decisão, não havendo necessidade de se aguardar o término do período de prova.

31. Jovelino Josualdo planejou a execução de sua esposa, grávida, pois tinha fortes suspeitas de que estava sendo traído por ela. No dia planejado para o homicídio, aguardou a vítima escondido e quando viu um vulto, executou o seu plano, desferindo cinco tiros na vítima, que faleceu no local. Contudo, ao certificar-se do falecimento da vítima, assustou-se ao ver que na verdade havia atirado em sua mãe. Diante do exposto, é correto afirmar que se trata de:

- a) *Error In Objecto.*
- b) *Error In Persona.*
- c) *Aberratio Ictus.*
- d) *Aberratio Causae.*
- e) *Aberratio Criminis.*

32. Considera-se patrimônio de uma pessoa os bens, o poderio econômico e a universalidade de direitos que tenham expressão econômica para a pessoa. Um dos tipos de crime contra o patrimônio é o furto. Acerca do tema, é correto afirmar que

- a) o consentimento da vítima na subtração não elide o crime, já que o patrimônio é um bem disponível, mas se ele ocorre depois da consumação, é evidente que sobrevive o ilícito penal.
- b) o delito de furto não pode ser praticado entre cônjuges, ascendentes, descendentes, tios e sobrinhos, podendo ser considerado somente entre irmãos.
- c) trata-se de crime contra o patrimônio, em que é atingido também a integridade física ou psíquica da vítima.
- d) o homem também pode ser objeto material de furto e, conforme o fato, o agente ainda pode responder por sequestro ou cárcere privado juntamente com o crime de furto, conforme art. 148 do Código Penal Brasileiro e ainda por subtração de incapazes, art. 249 do Código Penal Brasileiro.
- e) furto é crime material, não existindo sem que haja desfalque do patrimônio alheio. Coisa alheia é a que não pertence ao agente, nem mesmo parcialmente.

33. A participação é a atividade acessória daquele que colabora para a conduta do autor com a prática de uma ação que, em si mesma, não é penalmente relevante, ou seja, o partícipe não é aquele que realiza a conduta típica, e sim contribui de alguma forma para o crime acontecer. Sobre isso, assinale a alternativa correta:

- a) É chamada de participação impunível quando o fato principal não chega a ingressar em sua fase executória. Como antes disso o fato não pode ser punido, a participação também restará impune. Sendo assim, o auxílio, a instigação e o induzimento são atípicos na fase preparatória.
- b) A participação por omissão é chamada de negativa e não existe o dever jurídico de agir no caso em tela.
- c) O caso em que o partícipe induz o autor a praticar um crime e depois o auxilia é chamado de participação de participação.
- d) São consideradas formas de participação: moral, material e imoral.
- e) O executor é considerado mandante porque ele realizou o verbo do tipo, e o autor principal atua como partícipe, pela instigação, induzimento ou auxílio.

34. Concurso de delinquentes (*concursum delinquentium*) ou co-delinquência implicam na concorrência de duas ou mais pessoas para o cometimento de um ilícito penal. Não há que se confundir o *concursum delinquentium* (concurso de pessoas) com o *concursum delictorum* (concurso de crimes) nem tampouco com o *concursum normarum* (concurso de normas penais), pois trata-se de institutos penais totalmente distintos, muito embora possam vir a se relacionar. Sobre requisitos, é correto afirmar que

- a) no que tange a pluralidade de condutas sempre haverá uma principal e outra acessória, mínimo exigido para o concurso.
- b) não é imprescindível a unidade de desígnios no que tange ao liame subjetivo.
- c) em relação à identidade de infração para todos, em regra, todos devem responder pelo mesmo crime, salvo as exceções pluralísticas.
- d) em casos em que o agente não concorreu para nada, pode se afirmar que se trata de relevância causal.
- e) também é considerado requisito do concurso de pessoas o auxílio.

35. Os crimes contra a administração pública estão previstos nos arts. 312 ao 327 do Código Penal Brasileiro, sendo divididos em crimes funcionais próprios ou impróprios. Partindo deste pressuposto, é incorreto afirmar que:

- a) Aplica-se a pena prevista entre dos 312 a 327 do Código Penal, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- b) é considerado crime de peculato culposo quando o funcionário público concorre culposamente para o crime de outrem.
- c) a pena para o crime do funcionário público que se apropriar de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem é de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
- d) é considerado crime de corrupção passiva quando o indivíduo solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- e) a pena para o funcionário público que facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho é de reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

36. O fundamento da imputabilidade é a capacidade de entender e de querer. Somente o somatório da maturidade e da sanidade mental confere ao homem a imputabilidade penal e o seu reconhecimento depende da capacidade para conhecer a ilicitude do fato. Diante disso, é correto afirmar que:

I – A pena pode ser reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços), se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento.

II – Conforme o critério psicológico, a imputabilidade só ocorre quando o agente, ao tempo do crime, encontra-se privado de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com este entendimento, neste sistema, não há necessidade que a incapacidade de entender ou querer derive de uma causa mental preexistente.

III – A imputabilidade decorre da simples presença de causa mental deficiente, e não há qualquer indagação psicológica a respeito da capacidade de autodeterminação do agente.

IV – A expressão “imputabilidade diminuída” indica a ausência de responsabilidade, uma vez que o semi-imputável é penalmente responsável.

V – Na imputabilidade a única sanção cabível é a medida de segurança, ao passo que na semi-imputabilidade o magistrado pode aplicar pena reduzida ou medida de segurança, conforme a necessidade do agente.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) II, somente.
- b) I, II, III e V, somente.
- c) I, II, III e IV, somente .
- d) III e IV, somente.
- e) I, II e V, somente.

37. Quanto ao início do inquérito policial nos crimes de ação pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- b) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- c) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso ao Juízo da ação.
- d) O inquérito será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- e) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

38. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

II – proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

III – ouvir o ofendido.

IV – determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.

Diante dessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

39. Quanto à competência jurisdicional, assinale a alternativa incorreta:

- a) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela conexão.
- b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- c) A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.
- d) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- e) A competência pela prerrogativa de função é do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.

40. No exame para o reconhecimento de escritos, por comparação de letra, observar-se-á o seguinte:

- I – a pessoa a quem se atribua ou se possa atribuir o escrito será intimada para o ato, se for encontrada.**
- II – para a comparação, poderão servir quaisquer documentos que a dita pessoa reconhecer ou já tiverem sido judicialmente reconhecidos como de seu punho, ou sobre cuja autenticidade não houver dúvida.**
- III – a autoridade, quando necessário, requisitará, para o exame, os documentos que existirem em arquivos ou estabelecimentos públicos, ou nestes realizará a diligência, se daí não puderem ser retirados.**
- IV – quando não houver escritos para a comparação ou forem insuficientes os exibidos, a autoridade mandará que a pessoa escreva o que lhe for ditado. Se estiver ausente a pessoa, mas em lugar certo, esta última diligência poderá ser feita por precatória, em que se consignarão as palavras que a pessoa será intimada a escrever.**

Diante dessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

41. A respeito da prisão em flagrante, da prisão preventiva e da prisão temporária, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- b) O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- c) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- d) A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- e) Em todas as comarcas e seções judiciárias haverá um plantão permanente de vinte e quatro horas do Poder Judiciário e do Ministério Público para apreciação dos pedidos de prisão temporária.

42. Quanto ao processamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

I – Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.

II – O juiz rejeitará a queixa ou denúncia, em despacho fundamentado, se convencido, pela resposta do acusado ou do seu defensor, da inexistência do crime ou da improcedência da ação.

III – Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado defensor, a quem caberá apresentar a resposta preliminar.

IV – Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

- a) Somente as assertivas I e III estão incorretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão incorretas.
- c) Somente a assertiva IV está incorreta.
- d) Somente a assertiva I está incorreta.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

43. Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar. A coação considerar-se-á ilegal quando:

I – houver justa causa.

II – alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei.

III – não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza.

IV – quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo.

Diante dessas informações, assinale a alternativa correta:

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

44. Segundo a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, as penas previstas para quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar serão: advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- a) Não se submetem a tais penas quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.
- b) Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.
- c) Não se tratando de reincidência, as penas de prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de 6 (seis) meses.
- d) Em caso de reincidência, as penas de prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de 1 (um) ano.
- e) Para garantia do cumprimento das medidas educativas, a que injustificadamente se recuse o agente, poderá o juiz submetê-lo, sucessivamente a admoestação verbal, multa e prisão simples.

45. Segundo a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, constitui crime de tortura: constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa, em razão de discriminação racial ou religiosa; ou submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. A pena prevista é reclusão, de dois a oito anos. Com base nessas informações, assinale a alternativa incorreta:

- a) Aquele que se omite em face do crime de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.
- b) Se o crime de tortura resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos. Se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.
- c) A condenação no crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- d) O crime de tortura é afiançável e suscetível de graça ou anistia.
- e) O disposto na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

46. De acordo com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, não é crime

- a) introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.
- b) praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.
- c) provocar, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existentes em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras.
- d) pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.
- e) o abate de animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

47. Com base na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta como penalidade principal, isolada ou cumulativamente com outras penalidades.
- b) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de seis meses a dois anos.
- c) Transitada em julgado a sentença condenatória em crime de trânsito, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em vinte e quatro horas, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação.
- d) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor se inicia enquanto o sentenciado, por efeito de condenação penal, estiver recolhido a estabelecimento prisional.
- e) Da decisão que decretar a suspensão ou a medida cautelar, ou da que indeferir o requerimento do Ministério Público, caberá recurso em sentido estrito, com efeito suspensivo.

48. O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, civil e penal. Consiste em sanção penal, de acordo com a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965:

- a) Suspensão do cargo, função ou posto por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens.
- b) Destituição de função.
- c) Perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.
- d) Demissão, a bem do serviço público.
- e) Repreensão.

49. Segundo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, é crime:

- a) Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
- b) Anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, sem indicar os limites de idade a que não se recomendem.
- c) Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.
- d) Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.
- e) Vender ou locar a criança ou adolescente fita de programação em vídeo, em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente.

50. Segundo a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, caberá prisão temporária quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade, quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em determinados crimes. Dos crimes abaixo, qual não cabe prisão temporária?

- a) Roubo.
- b) Furto.
- c) Quadrilha ou Bando.
- d) Rapto Violento.
- e) Extorsão.